Mais recursos

Com RS em crise, Lula envia texto ao Congresso que eleva salários no STF

Comissão de Orçamento recebe do Executivo uma proposta que cria 160 funções comissionadas no tribunal; pedido foi feito ao governo em março pelo presidente da Corte

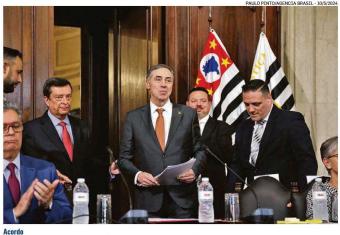
WESLLEY GALZO BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovei-tou a mobilização do Congresso para votar projetos de socorro ao Rio Grande do Sul e enviou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) uma proposta que altera a Lei Orçamentária de 2024 e, dentre outras medidas, cria 160 funções comissionadas no Supremo Tribunal Federal (STF), como revelou a Coluna do Estadão.

O custo estimado pelo próprio tribunal é de R\$ 22 milhões em três anos. A proposta, apresentada antes da tragédia no Rio Grande do Sul ao Executivo e encampada pela gestão petista, foi elaborada pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, O magistrado enviou em março deste ano uma minuta de projeto de lei ao Ministério do Planejamento e Orçamento para alterar o regime de funções comissionadas do tribunal.

Barroso quer que os servidores comissionados lotados nos gabinetes dos ministros seiam todos "assistentes VI", também identificados pela sigla FC-6. Com a mudança, a gratificação de ocupantes de cargos de confiança subiria de R\$ 1.461,81 para R\$ 3.259,70.

Atualmente, os assessores que atuam nos gabinetes dos ministros do STF recebem, além da função comissionada,



Barroso assina termo de cooperação em SP

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Luís Roberto Barroso, assinou ontem, no Tribunal de Justiça de São Paulo, acordo de cooperação técnica para aprimorar a cobrança da dívida ativa e o fluxo de execuções fiscais no Estado. •

salários brutos que variam de R\$10 mil a R\$46 mil. A chamada FC-6 a ser paga a esses fun-cionários hoje beneficia apenas sete pessoas.

Somente servidores concursados podem ocupar essas fun-ções comissionadas. É comum que os funcionários do tribunal sejam submetidos a seleção interna para trabalhar nos gabinetes e incrementar os sa-lários. A proposta de Barroso prevê remanejar quem recebe

comissão FC-3 e FC-4 para áreas administrativas do tribunal e concentrar os 160 novos FC-6 nos gabinetes.

JUSTIFICATIVA. A justificativa apresentada pelo presidente do STF, na proposta, é que os valores pagos a título de comissão aos servidores FC-3 e FC-4 são pouco atrativos diante do volume de trabalho pelo qual são responsáveis nos gabinetes dos magistrados. Caso o projeto enviado pelo governo seja aprovado, caberá aos ministros escolher os ocupantes dos cargos que serão

"A manutenção dos valores de funções comissionadas no patamar atual tem resultado na dificuldade de manter servidores nos gabinetes, que preferem ser lotados em outras unidades do tribunal com rotibora sem qualquer compensacão financeira", destacou Barroso na minuta enviada ao go-

"É, portanto, necessário aumentar o valor das funções comissionadas que estão locali-zadas nos gabinetes, estimulando a retenção de profissionais mais qualificados para o auxílio dos ministros, o que tem resultado direto na qualidade da prestação jurisdicional constitucional", afirmou.

REMANEJAMENTO. O Supremo alega que a criação de funções comissionadas não provocará aumento de despesas. A proposta do presidente do tribunal prevê remanejar recursos orçamentários, mas não explica quais áreas serão desidratadas para pagar o bônus. Pelas contas da Corte, o custo será de R\$ 6,5 milhões neste ano, de R\$ 7,7 milhões em 2025 e de R\$ 7,8 milhões em 2026.

Como revelou a Coluna do Estadão, o governo enviou o pleito do Supremo para ser incluí-do no debate sobre ajuda adicional ao Rio Grande do Sul na Comissão de Orçamento do Congresso. Houve reação de parlamentares e o relator da proposta na comissão, deputado Jonas Donizette (PSB-SP), retirou o trecho que beneficia-va o STF. O pedido de criação das funções, no entanto, ainda pode ser retomado em outro momento.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A TRAGÉDIA NO SUL NAS PÁGS. A17 A A19

Vaiado em Alagoas pela segunda vez, Lira recebe apoio do presidente

CAIO SPECHOTO SOFIA AGUIAR

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi vaiado em cerimônia de entrega de apartamentos do Minha Casa, Minha Vida em Maceió (AL), questionou o público e recebeu apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi o segundo dia seguido de vaias a Lira em um evento

do governo federal - no dia anterior foi em entrega de obra hídrica com Lula no interior do Estado. "Duvido que um morador que vai ser atendido or essas casas esteja vaiando hoje, isso é uma falta de respeito", disse o presidente da Câmara. "Mais do que vaias e aplausos, a função do parlamentar é trabalhar pelo seu Estado, é continuar aprovando matérias no Congresso Nacional, é dando suporte para que tudo aconteça nas políticas públicas. E a Câmara dos Deputados faz o seu papel", afirmou.

Em determinado momento. Lula se levantou e se colocou próximo a Lira, em sinal de apoio. Essa é um tática que vem sendo usada pelo petista para tentar controlar vaias a outro político em seu palanque. "Nenhum político, ele e eu, com respeito e sem demérito a nenhum político desse Estado, ninguém entregou mais casas no Estado do que o senador Benedito (de Lira, pai do presidente da Câmara) e o deputado Arthur Lira", afirmou Lira. Líderes alagoanos adversários do grupo político do presidente da Câmara dos Deputados, como o ministro Renan Filho (Transportes) e o governador Paulo Dantas (MDB), também estavam no ato.

Ao discursar, Lula saiu novamente em defesa de Lira. O petista disse que as vaias a políticos de grupos adversários em eventos institucionais tornam mais difíceis suas viagens e inaugurações de obras.

"A gente precisa apenas aprender a respeitar quando o ato é institucional. O ato institucional não tem cor partidária. Porque senão fica difícil para um presidente da República

viajar para inaugurar coisa. Porque as pessoas que vêm aqui são convidadas por nós. E ninguém leva ninguém na sua casa para ser vaiado, para ser maltratado", declarou.

> Comportamento Lula disse ter se incomodado com hostilidade do público ao presidente da Câmara

"É uma questão de comportamento que me incomoda muito. Esse ato é para os companheiros do conjunto residencial Parque da Lagoa. É um ato que não tem partido político", afirmou o presidente.